

O SABER E O PODER NA UFRN VIA ANÁLISE INSTITUCIONAL*

Denise Câmara de Carvalho**

Para dar uma visão do que foi o meu trabalho de pesquisa na Universidade Federal do Rio Grande do Norte-UFRN, ou o que se pretende com a Análise Institucional generalizada da Universidade, enfocada através das relações entre o saber universitário e o poder social, é preciso se ter clareza quanto à abordagem a nível teórico e como ela se desenvolveu na prática, a partir da utilização de procedimentos da sócio-análise, ou seja, da análise institucional em situação de intervenção.

Optei para este estudo por um enfoque teórico-metodológico que permitisse desvendar as contradições institucionais, contidas no discurso, nas normas, nos estatutos da instituição e na prática institucional. Trazer à tona o "não dito" institucional, seria um dos primeiros passos na análise coletiva, a qual me propus realizar na UFRN, no período compreendido de março a junho de 1981.

O meu itinerário para a Análise Institucional começou com a pesquisa institucional, aqui compreendida como um estudo de avaliação de problemas e de dificuldades presentes no contexto institucional, com o objetivo de superá-los. Pretendia-se com a pesquisa institucional escapar à rigidez da "pesquisa científica" (entre aspas) ou aos tratamentos sofisticados da estatística (os X^2 , a análise fatorial), sem que com isso queira dirigir alguma crítica ou menosprezo àqueles que desses tratamentos estatísticos fazem uso.

Passo agora a tecer algumas considerações e apresentar pontos norteadores da corrente institucionalista, desde a compreensão do conceito

* Trabalho apresentado no painel: O COTIDIANO DA UNIVERSIDADE - enfoques sobre ensino, pesquisa e extensão. IV Conferência Brasileira de Educação - CBE. Goiânia, 4 de setembro de 1986.

** Professora do Centro de Ciências Sociais Aplicadas - UFRN

de instituição até aos procedimentos sócio-analíticos de intervenção na realidade concreta.

De acordo com R. LOURAU e G. LAPASSADE, "a instituição é o lugar onde se articulam, onde se falam as formas que assumem as determinações das relações sociais" (LOURAU, R. e LAPASSADE, G. — "Clefs pour la Sociologie", p. 171)

A definição de instituição encerra a tríplice noção dos três momentos:

. **do instituído** — a ordem estabelecida, os valores, o momento da ideologia;

. **do instituinte** — a força inovadora, a contestação, o momento da negação do instituído;

. **da institucionalização** — as associações regidas pelas normas internas ou internas/externas, o momento que integra a ação (negativa) do instituinte sobre e contra o instituído (1).

É baseada na noção destes três momentos, expressão do processo dialético dos momentos da Universidade, da Particularidade e da Singularidade, contidos na definição de conceitos, que se fundamenta a corrente institucionalista. Assim entendido, inscreve-se o conceito de instituição como instrumento de análise das contradições sociais.

E é a Análise Institucional, tomada como método de explicação para transformação da realidade, que "esforça-se em decifrar através do que está 'escondido' na instituição a estrutura de uma formação social dada". (G. LAPASSADE "L'Arpenteur", p. 30). Estabelece-se com a análise institucional a regra do "tudo dizer", para que ocorra o desvendamento do que está lá, no que é instituído.

Para LOURAU e LAPASSADE, a Análise Institucional, em um sentido amplo, tende a designar um método de análise social à base da observação, de documentos; centrada sobre o conceito de instituição, enfatizando aspectos que são por vezes deixados de lado pelas pesquisas tradicionais, como, por exemplo, a especificidade da reprodução das relações sociais em uma dada forma social "instituída" ou "institucionalizada". No sentido restrito do termo, a Análise Institucional é um método de intervenção na prática social dos grupos e das Instituições. A Análise Institucional em situação de intervenção é a sócio-análise. Esses autores indicam que uma intervenção sócio-analítica ocorre quando se reúnem as seguintes operações:

1) **Análise da solicitação**, compreendendo a solicitação oficial do "staff-client" (responsáveis da organização), sua "solicitação implícita" deslocada em relação à solicitação, ou oculta por trás dela, e a solicitação do grupo-cliente composto dos membros da organização. . .

2) **Auto-gestão da intervenção** pelo coletivo-cliente: horário, número de reuniões, vínculo entre as reuniões de análise e as demais atividades quotidianas, ordem do dia, programa, ... modalidades de pagamento do grupo de sócio-analista. Os obstáculos à autogestão da sessão, seus limites evidentes ou não são analisados e revelam determinações institucionais ocultas.

3) **A regra do “tudo dizer” ou de livre expressão.** Trata-se de restituir nas sessões o não dito “institucional”, os rumores, os segredos da organização, as filiações sociais...

4) **A elucidação da “transversalidade”** das filiações positivas e negativas, das referências positivas ou negativas aos numerosos grupos, categorias, ideologias e outras particularidades, que vêm negar a filiação comum à organização. As peculiaridades de filiação e referência atravessam a organização, porque o sistema social global e a estrutura da sociedade dividida em classes refletem-se na unidade microssocial da organização. . .

5) **A elaboração da “contratransferência institucional”** ou análise das reações que o staff-analítico (ou o sócio-analista, se age sozinho) fazem a transferência institucional do cliente coletivo. . .

6) **A elaboração ou elucidação dos ‘analísadores’.** Por analisadores entendem-se os elementos que, pelas contradições de tipo diverso que introduzem na lógica da organização, enunciam as determinações da situação. . .” (LOURAU, R. e LAPASSADE, G. — “Clefs pour la Sociologie”, pp. 199—200).

Dadas essas noções gerais sobre a compreensão da análise institucional generalizada, tomada em sentido amplo, e da análise institucional, em sentido restrito, como método de intervenção — a sócio-análise, passarei a expor alguns aspectos da experiência vivenciada na UFRN, a partir do enfoque sócio-analítico. (2).

Para isso, situarei um pouco a compreensão que se tem de universidade. Se se considera a universidade como uma instituição produtora e disseminadora de um certo tipo de conhecimento na sociedade, que se dá através da formação do cientista e do profissional de nível superior, da pesquisa em todas as áreas e da extensão concreta da sua ação ‘extra-muros’, penso ser importante que se interrogue sobre a autonomia desta instituição, como uma questão a ser analisada juntamente com o desenvolvimento das relações de forças que se estabelecem entre o que é do saber universitário e do que é do poder social.

No estudo em questão, tento estudar a universidade levando em conta a reprodução do poder social pela transmissão do saber universitário. Isso constitui-se um dos objetivos do meu trabalho.

A análise do como se estabelecem essas relações na esfera reduzida de uma realidade concreta, reprodutora da estrutura social do poder, será reveladora do como a universidade contribui para a reprodução das relações sociais, pela transmissão de um saber fragmentado, pela sua produção e reprodução, remetendo em questão este saber, que não é um saber neutro. E é, pela análise da sua “praxis” (a prática da universidade) e do discurso divulgado pelos atores sociais que a vivem e que a fazem no seu cotidiano, que se chegará a desvelar esta instituição, bem como se poderá ter a compreensão das suas contradições, de suas lutas internas, ligadas ao momento de crise estrutural, sob o plano social, econômico e político da sociedade, na qual elas se exprimem.

A partir daí, pode-se perguntar se há uma coerência entre o que a universidade propõe e o que ela faz, se ela tem uma autonomia institu-

cional, se ela legitima sua ação como "instituição dominante". Nesse sentido, retomo o que diz LAPASSADE, referindo-se à universidade como instituição dominante que "os aparelhos universitários, como todos os processos bem conhecidos de cooptação, dos controles da publicação, das subvenções à pesquisa, funcionam a serviço das instituições e das ideologias dominantes do modo de produção capitalista" (LAPASSADE, G. "L'Arpenteur", p.31-32).

Na UFRN, pôde-se constatar que as influências e interferências político-partidárias se fizeram presentes desde seus primeiros passos, tanto para a sua criação (1958) como para sua federalização (1960), e também até a escolha do atual reitor (a universidade encontra-se sob a



administração do seu quinto reitor, nomeado no primeiro semestre de 1983). (3) Muitos outros elementos poderiam aqui vir à tona, como resultado do efeito analisador histórico que perpassaram o processo de crescimento desta universidade, que passou pela reforma da universidade brasileira em geral, que, como enfatizou um dos professores participantes da sócio-análise, "a UFRN não está em crise, ela nasceu na crise".

Torna-se evidente que não se pode rechaçar o processo histórico da instituição universitária de suas reformas, mesmo que se tenha a certeza que a reconstrução da universidade só poderá ser atingida no seu todo, à medida que a sociedade, ela mesma, seja reconstruída, que ela tenha modificado suas relações com a educação escolarizada, a cultura e a imaginação intelectual criativa.

Mas, a universidade não pode ficar inativa e passiva; a sua transformação como bem diz Florestan FERNANDES é um dado político de mudança da situação histórica (FERNANDES, F. 'Universidade Brasileira: reforma ou revolução?' pp. 201-203).

No trabalho realizado na UFRN, levou-se em consideração também a história dos cursos pertencentes aos Departamentos do Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA), onde o dispositivo sócio-analítico foi aplicado. O CCSA conta com os seguintes departamentos: Direito, Educação, Economia, Serviço Social, Administração e Contabilidade, com os quais foi estabelecido o contrato de intervenção.

Retomando o problema central desse estudo, tem-se que levar em conta que a intervenção realizada no CCSA da UFRN, a partir de uma demanda implícita em uma situação que se supôs de conflito latente, levantou questionamentos sobre sua estrutura, seus objetivos, sua relação com a sociedade, analisando sua política educativa, e, através da análise da prática dos atores sociais, foi que ocorreu e teve lugar essa intervenção, remetendo em questão o que é instituído, o que vem a ser o instituinte, e o processo de institucionalização no contexto institucional.

Para desencadeamento do processo sócio-analítico, é preciso se ter a compreensão do analisador — aquele que revela a estrutura da instituição. E neste sentido, pondo em campo o analisador construído (cartazes, notas em jornal, boletins informativos, planos, assembléias, reuniões gravadas), eu acreditava que eles iriam desempenhar seu papel e produzir seus efeitos. Ainda sob esse ponto, convém lembrar que não se pode avançar na análise institucional sobre o terreno, sem levar em conta o campo de análise, os dispositivos que vão catalisar as significações, abrangendo-as em seu todo, a fim de analisar o que até o momento esteja disperso e dissimulado no conjunto do sistema. Nas sessões sócio-analíticas a figura do analisador natural, aquele que toma lugar e restitui a palavra para fazer falar a instituição, permitiu que os grupos questionando a sua prática, analisassem a sua implicação institucional.

Enfim, a análise institucional que me propus colocar na “ordem do dia” na UFRN (tendo sido inviável atingir toda a universidade) supôs a participação dos professores, dos estudantes, do pessoal administrativo e de serviço (todos ligados ao CCSA), além dos profissionais das instituições que se constituíam campo de estágio da prática profissional.

Os dispositivos de intervenção e o aspecto relativo à participação de todos à sócio-análise foram discutidos “sur place”, em situação de intervenção. Este aspecto da participação foi largamente discutido e analisado neste trabalho.

A avaliação dos resultados da sócio-análise foi feita com os diversos grupos que acompanharam todo o processo sócio-analítico, atendendo aos procedimentos tanto de avaliação como de validação como método de intervenção em uma realidade concreta. Em termos dos resultados da sócio-análise: 1) Qual havia sido a contribuição que ela trouxe para a análise da instituição universitária? 2) E se os dispositivos utilizados permitiram o processo sócio-analítico.

A partir desses questionamentos sobre o que havia significado o processo sócio-analítico que tinha sido vivenciado através das reuniões (dos assuntos discutidos e analisados) em cada curso, os participantes tomaram a palavra para mostrar os pontos positivos e negativos da sócio-aná-

lise. Os depoimentos dos participantes se diversificaram de acordo com o que tinha vivenciado cada um e do que esperava da sócio-análise.

Vejamos alguns depoimentos:

- “. . . Em termos da discussão da prática profissional, levantou-se uma série de problemas, mas as discussões não foram suficientes para tomarmos posicionamentos. . .

Precisaria se continuar um pouco mais esta reflexão em torno dos problemas. . .”

- “. . . Eu acho que foi válido em termos do curso. . . conseguiu-se reunir os professores para discutir os pontos positivos e negativos do estágio. . .

E isso ocorreu depois dessas últimas reuniões da sócio-análise. . .”

- “. . . Para mim, foi uma oportunidade de vivenciar uma sócio-análise como uma coisa que não é comum, não é rotineira. . . A gente aprendeu vivendo. . . e dentro desse contexto, se nós não chegamos a modificar algo, nós tivemos os elementos. . . O ponto principal foi a auto-avaliação como professor. . . e uma “chamada” para a gente se auto-analisar em relação à prática profissional. . .”

“. . . Uma mudança imediata que ocorreu já como resultado da sócio-análise foi na parte da administração. . . tanto eu, como coordenadora do curso, como a Chefe do Departamento, tivemos a mesma preocupação. . . reunimos os funcionários. . . distribuímos as tarefas, racionalizamos as atividades. . . Isso foi uma mudança imediata”. . .

Com efeito, os aspectos positivos da intervenção pareciam “palpáveis”, como dizia um dos participantes. Porém, nem todos iam partilhar de idênticas opiniões. E no decorrer dessas reuniões em que se fazia a avaliação da sócio-análise, outros participantes tomaram a palavra, inclusive eu. Vejamos outros depoimentos:

- “. . . Eu acho que pode ter sido muito válida para você (dirigindo-se a D.C.C) para sua pesquisa . . . A gente sabia que você estava coletando dados, e era como se a gente tivesse oferecendo a você todos os nossos problemas. Mas, ao mesmo tempo, este departamento não assume esses problemas, entende?

Eu sinto este departamento desvincular informações, eu sinto este departamento muito ruim, esta é a verdade. . .”

Para mim era claro, que o processo sócio-analítico pelo seu movimento dialético levaria os grupos-clientes a questionarem, a criticarem o discurso institucional, à medida que se analisasse a sua prática pois que metodologia “milagrosa” seria essa que em três meses solucionaria os problemas teóricos e práticos de um curso? Que “sanaria” os conflitos internos dos grupos? Que destrincharia toda uma teia de relações de forças, e o jogo do poder no âmbito da universidade, ela mesma?

Durante a minha intervenção nessas reuniões de avaliação, eu procurei indicar os aspectos que tinham sido aprofundados, sob um prisma de

uma análise crítica, no que se refere: ao curso (aspectos da formação teórico-prática do estudante), ao centro, e à universidade como um todo. O que eu pude observar e concluir foi que para alguns professores a intervenção sócio-analítica aparecia como em um “passe de mágica” com respostas concretas. A expectativa, em relação ao que a sócio-análise iria trazer, era bem maior do que o que ela podia realmente cumprir.

No que concerne às mudanças de programas dos cursos, penso como a coordenadora de um dos cursos quando dizia que “as mudanças não se fazem do dia para a noite”, que seria preciso tempo para análise dos seus conteúdos. E em torno das possíveis mudanças pedagógicas, é preciso lembrar, como diz R. LOURAU, que “a inovação, a experimentação e a pesquisa pedagógica tornam-se possíveis e indispensáveis à condição de **analisar o ato pedagógico** do ponto de vista da estratégia e da tática as quais se adere” (LOURAU, R. ‘L’illusion pedagogique’, p. 204).

As discussões sobre os instrumentos de análise da realidade social, sobre as estratégias de ação que se necessita, foram analisadas tendo em vista uma análise crítica: 1) da instituição universitária (análise das relações entre saber/poder); 2) das instituições (sociais, econômicas, políticas, que se constituem campo de estágio), onde o estudante desenvolve a sua prática; 3) da prática do professor e dos profissionais vinculados aos cursos do CCSA.

Através dos diferentes dispositivos de intervenção, os participantes chegaram a um ponto comum ao analisarem as relações existentes entre o saber e o poder no âmbito da universidade, ressaltando que, em uma esfera mais ampla, a transmissão do saber estava, estreitamente, vinculada aos ditames do poder social.

Assim, a sócio-análise ressaltou que a UFRN, atravessada pelo cruzamento das instâncias econômicas, ideológicas e políticas, era, por um lado, reflexo de uma estrutura de ensino superior “viciada”, de uma reforma universitária que não atendeu às determinações de criticidade esperada pelos grupos de intelectuais e de estudantes que pensavam na democratização do ensino, na reestruturação em termos da orientação de um ensino voltado para as necessidades sociais, econômicas e políticas do país. Por outro lado, essa universidade era o resultado de uma crise social, um efeito do “caos” reinante na sociedade. E mais, ela respondia exatamente ao que a sociedade lhe exigia, dado o seu comprometimento ideológico e político com o sistema social em vigor. Torna-se transparente sua falta de autonomia, sua “ilusória” ação extramuros, efeitos da falta de uma estrutura de base (de condições objetivas de ação) e da falta, em geral, de uma consciência crítica da realidade social, por parte dos seus atores sociais.

E, através da liberação da palavra, se fez possível a análise das relações sociais e da reprodução destas relações trazendo à luz o jogo de forças entre o instituinte em relação ao instituído.

O que foi dito, o que foi analisado, em relação à instituição universitária aparece ainda como um efeito analisador da implicação institucional de cada um e de todos, no “desejo” que um dia, não longín-

quo, o "desvelamento" desta instituição leve os atores sociais a um modo de ação contra-institucional onde eu me situo, numa perspectiva de mudança, lutando contra o medo dominante e contra isto que também revelou a sócio-análise: o hiato entre o saber e a vida.

NOTAS

- (1) Essas noções foram introduzidas por Cornelius CASTORIADIS em "Marxisme et théorie révolutionnaire" In: Socialisme ou Barbarie, n.º 39, mar/abr. 1965. Ver também René LOURAU, em "L'instituant contre l'institué" – essais d'Analyse Institutionnelle – Ed. Anthropos, Paris, 1969, p. 173.
- (2) Ver a propósito da operacionalização das regras da sócio-análise minha tese sobre "Analyse des Relations entre la savoir universitaire et le pouvoir social dans l'enceinte de l'Université Fédérale du Rio Grande do Norte", Paris, 1984.
- (3) O Governador do Estado do Rio Grande do Norte, na época, era o Senador Dinarte Mariz (já falecido) que exerceu uma grande influência sobre a política do Estado

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 1 – FERNANDES, Florestan – **Universidade Brasileira: reforma ou revolução?** São Paulo, Ed. Alfa-Omega, 1975, p. 201-3
- 2 – LOURAU, R. & LAPASSADE, G. **Clefs pour la sociologie.** Paris, Seghrs, 1971. p. 171.
- 3 – LAPASSADE, G. **L'arpenteur, une intervention sociologique.** Paris, Epi, 1971, p. 30-32.
- 4 – ----- **Les chevaux du diable – une dérive transversaliste,** Paris, Ed. Universitaires, 1974.
- 5 – LOURAU, R. **L'analyse institutionnelle,** Paris, Ed. Minuit, 1970.
- 6 – ----- **L'illusion pédagogique.** 3 ed. Paris, Epi, 1969, p.204.